



SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022



SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0491-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.910220809>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço social no Brasil: Desafios contemporâneos* é composta por 07 (sete) capítulos produtos de pesquisa, relato de experiências, análise documental, dentre outros.

O primeiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da particularidade da formação do Estado burguês brasileiro a partir de uma análise pautada em Gramsci. O segundo capítulo discute a experiência vinculada à extensão universitária no contexto da saúde pública, enquanto atividade indissociável ao ensino e pesquisa em uma Instituição de Ensino Superior – IES.

O terceiro capítulo apresenta a análise das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e a capacidade organizativa desse grupo com vistas a defesa e ampliação de direitos. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da inserção do Programa Minha Casa Minha Vida no território.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de doutoramento em Serviço Social acerca da particularidade da perícia social em Serviço Social. O sexto capítulo discute os resultados da pesquisa acerca da gestão de demandas socioambientais e a organização da população de bairros.

E finalmente o sétimo capítulo que analisa as políticas públicas voltadas para o povo refugiado e *os desafios enfrentados pelos refugiados no Brasil*, ao tempo em que busca elencar possíveis soluções.

É nesse cenário que o leitor é convidado a conhecer e discutir as pesquisas e as discussões vinculadas de modo a reverberar no cotidiano de trabalho contribuindo assim para a qualidade dos serviços prestados à população na atual conjuntura.


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO PELA VIA PASSIVA

Ana Karoline Nogueira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208091>

CAPÍTULO 2..... 15

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL:
EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE CRACK

Fernanda Luma Guilherme Barboza

Aline Batista de Paula

Irene Ferreira Guilherme Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208092>

CAPÍTULO 3..... 27

O MUNDO DO TRABALHO E A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DA
CATAÇÃO, UMA BREVE ANÁLISE

José Ribeiro Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208093>

CAPÍTULO 4..... 37

A INSERÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PERIFERIA URBANA DE
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Tânia Costa Silva


Daniela Andrade Monteiro Veiga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208094>

CAPÍTULO 5..... 50

A PERÍCIA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NAS VARAS DA FAMÍLIA: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS

Viviane de Paula

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208095>

CAPÍTULO 6..... 69

GESTÃO DE DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE
BAIRROS

Orlinéya Maciel Guimarães

Maria Jose de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208096>

CAPÍTULO 7..... 81

PRINCÍPIO DO *NON-REFOULEMENT*: PONDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE
REFUGIADOS DESTINADOS AO BRASIL

Luigi Fiore Zanella Meireles

Mateus Catalani Pirani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208097>

| | |
|----------------------------------|-----------|
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 90 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 91 |

A INSERÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PERIFERIA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Data de aceite: 01/09/2022

Tânia Costa Silva

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social - Prefeitura municipal de Vitória da Conquista - BA
<https://orcid.org/0000-0003-2462-9420>

Daniela Andrade Monteiro Veiga

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
<https://orcid.org/0000-0001-6415-6053>

RESUMO: O presente artigo aborda a inserção do programa habitacional Minha Casa Minha Vida na periferia de Vitória da Conquista-BA. Trata-se de um estudo sobre a periferação da habitação de interesse social e o agravamento da questão urbana, cujo objetivo é expor a realidade de uma cidade de médio porte atendida plenamente pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Por meio de abordagem qualitativa, após ampla revisão bibliográfica e pesquisa de campo, cujos procedimentos metodológicos consistiram em análise do território por meio da observação, entrevista com a comunidade, aplicação de questionário, coleta de depoimentos, análise cartográfica e fotográfica. Além de entrevista e coletas de dados no Programa Municipal de Habitação de Interesse Social. Sua relevância consiste em analisar os desdobramentos das

políticas públicas e evidência a natureza dos conflitos que decorre da inserção do Programa MCMV no Bairro Campinhos. Constata que não se realizou o Projeto de Trabalho Social no território pesquisado até o final desta pesquisa. Elucida o agravamento da questão social urbana e avalia o impacto gerado pelo processo de periferação e segregação sócio-espacial na vida da população. Revela que não foram estabelecidos os vínculos de territorialidade, tampouco integração da comunidade do MCMV e o restante do território, e que a estigmatização da pobreza está muito presente no território.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação Social. Periferação. Questão urbana.

THE INSERTION OF THE PROGRAM MY HOUSE MY LIFE IN THE PERIPHERY OF VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

ABSTRACT: This article addresses the insertion of the Minha Casa Minha Vida housing program on the outskirts of Vitória da Conquista-BA. This is a study on the peripheralization of social housing and the worsening of the urban issue, whose objective is to expose the reality of a medium-sized city fully served by the Minha Casa Minha Vida Program. Through a qualitative approach, after extensive literature review and field research, whose methodological procedures consisted of analysis of the territory through observation, interview with the community, application of a questionnaire, collection of testimonies, cartographic and photographic analysis. In addition to interviews and data collection in the Municipal Social Interest Housing Program. Its relevance consists in analyzing

the unfolding of public policies and evidences the nature of the conflicts that arise from the insertion of the MCMV Program in the Campinhos neighborhood. It is noted that the Social Work Project was not carried out in the researched territory until the end of this research. It elucidates the aggravation of the urban social issue and assesses the impact generated by the process of peripheralization and socio-spatial segregation in the life of the population. It reveals that territoriality bonds have not been established, nor the integration of the MCMV community and the rest of the territory, and that the stigmatization of poverty is very present in the territory.

KEYWORDS: Social Housing. Periphery. Urban issue.

INTRODUÇÃO

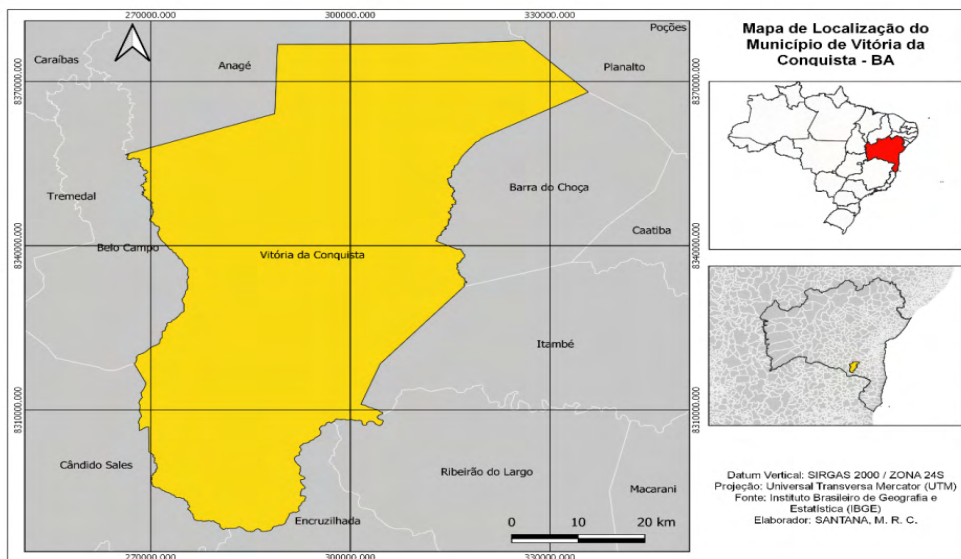
Instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.977 de 7 de Julho de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no âmbito da Política de Habitação objetiva promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos e, visava atender às famílias historicamente não atendidas pela política supracitada. Não obstante, antes de atender a essa demanda histórica, percebe-se que na prática o programa atendeu prioritariamente a lógica dominante do capitalismo ao beneficiar majoritariamente as empreiteiras da construção civil. Ao visitar os empreendimentos destinados à faixa 1 do programa nas cidades brasileiras constata-se, em maioria, que a população contemplada não perdeu seu lugar histórico, vez que o programa reproduziu um padrão periférico. Nesse sentido, o estudo em tela visa analisar a inserção do programa Minha Casa Minha Vida na periferia urbana de Vitória da Conquista-BA, a luz do território Campinhos localizado às margens do anel rodoviário da cidade.

Eleger uma temática investigava, pressupõe, inicialmente, explorarmos as razões de ordem teórica e prática para o seu exercício contínuo. Assim, este trabalho é resultante da atividade profissional de assistente social, aliada ao aprofundamento teórico que a Especialização em Análise do Espaço Geográfico da UESB proporcionou, e de uma pesquisa qualitativa realizada no território Campinhos e no Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Vitória da Conquista, em 2019 e, em 2020.

A INSERÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA NO BAIRRO CAMPINHOS

O bairro campinhos, Considerado nesse estudo um território de identidade dentro de Vitória da Conquista, até os anos 2000 possuía características predominantemente rurais. Reunia um conjunto de costumes e tradições de subsistência familiar, dos quais fazem parte: a produção de farinha, biscoitos, beijus, goma, entre outros produtos derivados da mandioca, comercializados principalmente nas feiras livres locais. Conforme a cidade foi se expandindo o bairro também seguia a dinâmica e se expandia proporcionalmente, passando a concentrar outros seguimentos da classe trabalhadora que tem na venda da

força de trabalho em outros espaços da cidade o único meio de subsistência. A população residente no bairro era 4.889 habitantes de acordo com o censo de 2010. Contudo, nos anos seguintes o bairro Campinhos experimentou um crescimento mais acelerado. De acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) entre os anos de 2011 e 2014 foram entregues nesse bairro 2.322 unidades habitacionais do programa MCMV I. Estima-se que nesse curto período teve um acréscimo de 9.288 habitantes no bairro oriundo da Política de Habitação. A inserção do PMCMV não considerou o estudo de impacto de vizinhança (EIV) e agravou a questão social no território.



MAPA 1- Localização Geográfica de Vitória da conquista- BA, 2022.

Fonte: Santana e Silva, 2022.

A cidade de Vitória da Conquista recebeu 22 conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1, dos quais, apenas três situa-se para dentro do anel rodoviário. Contudo, bem próximo dele. Tal situação se explica dada a forte especulação imobiliária presente nas cidades, e a lógica dominante do mercado que expulsa a população vulnerável para as margens das cidades brasileiras.

Em relação à infraestrutura, contatou-se a presença de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), implantado estrategicamente para atender a população recém-chegada ao território por meio do PMCMV. Antes da implantação do PMCMV já existia uma escola municipal, uma escola estadual. Existem duas Unidades Básicas de saúde no território- UBS, A unidade da Vila Simão, que atende em horário das unidades de Zona Rural e a Unidade Jardim Valéria, que recentemente conseguiu uma extensão para atendimento da população do Loteamento Morada Nova e dos residenciais Lagoa

Azul. Passados mais de sete anos da chegada dos empreendimentos MCMV 1, não houve ampliação significativa desses equipamentos. Uma creche foi construída e entregue em 2016 na Vila Simão e uma nova escola está em fase de acabamento, construída através de recursos do Ministério das Cidades, segue o projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Governo Federal, vai gerar 360 vagas totais, mas está longe de resolver a demanda por completo.

As quase três mil famílias dos residenciais do PMCMV1 nesse território não contam com a cobertura de Agentes Comunitários de Saúde.

A população MCMV não é acolhida pelo território. São estigmatizados como os moradores das “casinhas”. Não há integração efetiva ou vínculo de territorialidade. Moradores mais antigos do bairro revelam que os campinhos não melhorou sua infraestrutura após a chegada dos residenciais do PMCMV. O bairro não possui esgotamento sanitário. Possui rede de esgoto apenas nos residenciais do Programa MCMV. Não melhorou a coleta de lixo, nem serviços de limpeza urbana. Não houve melhorias na pavimentação, haja vista que o asfalto do bairro foi realizado em 2006.

O transporte público também é precário, funcionando com apenas uma linha, o que faz a população recorrer ao transporte clandestino. Mas as queixas mais frequentes dizem respeito à Segurança Pública. A população do território destaca que violência no Bairro cresceu nos últimos anos. A inserção do Minha Casa Minha Vida, se relaciona a esse fato, no entanto não se pode culpabilizar os sujeitos que ali foram inseridos. Os agenciamentos entre poder público, empresas da construção civil, em prol do dinamismo efêmero e subsidiado da economia, geração de emprego e renda, famílias ávidas por unidades habitacionais, sejam para uso ou para ampliação do patrimônio, entre outros fatores, submersos em um sistema capitalista são responsáveis pelo caos social que se instalaram nos residenciais do Programa MCMV faixa 1 e seus territórios e pela permanência da alta vulnerabilidade as quais as famílias contempladas estão submetidas.

A pobreza, a estratificação social, o desemprego, a ação do poder paralelo do tráfico, a ausência de renda, a estigmatização, entre outros fatores da questão social se agrava e toma novas dimensões nos residências do Programa Minha Casa Minha Vida faixa1.

Os espaços de inserção do PMCMV assumem contornos periféricos, não apenas pela localização, considerando as discussões sobre o conceito de periferia na atualidade, e sim pelo conjunto de fatores que se definem como segregação sócio-espacial. Martins (2008) define periferia como a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização. Essa definição se materializa na inserção do PMCMV, haja vista que o público contemplado outrora sonhava com a casa própria e o direito urbano, no entanto não perdeu seu lugar histórico: as periferias das cidades.

Diante das investidas do capitalismo, a população mais vulnerável é quem experimenta e vivência a exclusão sócio-espacial como produto da apropriação e uso

desigual do solo negando-lhes o direito ao urbano, direito à cidade. Lefebvre (1976) compreende que o urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma, enquanto a cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação ou a projeção da sociedade sobre um local.

O espaço urbano pode ser objeto dos mais diversos ramos do conhecimento. Aqui, busca-se compreender o conteúdo social da reprodução da sociedade revelado pelas práticas sócio-espaciais.

Do ponto de vista metodológico, reconhece-se, de antemão, o desafio de se realizar a aproximação e a interação de reflexões oriundas do conhecimento geográfico e do serviço social, em um esforço conjunto que apenas se inicia e deve respeitar os saberes acumulados em ambos os campos de reflexão e ação, mas que precisa, também, superar tradições e trajetórias disciplinares monolíticas. Os pontos de apoio a partir dos quais se sugere que essas “trocas conceituais” possam ser efetivadas são: a construção de um olhar comum sobre o permanente processo de produção do espaço e os vários sentidos que o uso do território pode assumir no desenvolvimento de políticas públicas.

Rufino et. al (2015) pontua que, a análise e compreensão de um programa habitacional das dimensões do Minha Casa Minha Vida requer uma observação ampla e cuidadosa do desenho político e financeiro e dos seus impactos indelévels sobre as cidades, que ultrapasse a análise mais imediata das quantidades ou das aparências urbanísticas e arquitetônicas dos empreendimentos.

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” (RUFINO et. al, p.15, 2015).

Expor a realidade de uma cidade média, atendida plenamente pelo programa MCMV, considerando a situação em que a demanda estimada em 2010 pela Fundação João Pinheiro- FJP para a faixa 1 foi plenamente construída e entregue em unidades habitacionais, e a realidade de vulnerabilidade da população permanece, indica que as diretrizes estatísticas as quais orientam a execução de um programa federal não são insuficientes para alterar significativamente a realidade da população, subsídios para as considerações sobre a continuidade e relevância de um trabalho social contínuo de acompanhamento da população em âmbito local.

Em entrevista com uma das coordenadoras do Programa de Habitação na época da implantação do Programa Minha Casa Minha vida em Vitória da Conquista, ela Relata que houve uma “corrida” das empresas construtoras em habilitar o município. Ou seja, por mais que houvesse uma demanda crescente por moradia no Programa de Habitação Popular, criado na década de 1990, após muitas reivindicações de movimentos sociais em busca da moradia em Vitória da Conquista, a movimentação para implantar o novo Programa Federal não vinha das camadas sociais e nem da prefeitura a princípio, mais sim dos seguimentos

econômicos voltados para o mercado da construção.

A ideia de que as construtoras estavam trazendo emprego, renda, desenvolvimento e progresso para a cidade, e que o poder público estava garantido o direito à moradia às famílias de baixa renda encobriam os interesses de acumulo de capital por meio de uma expansão urbana acelerada e da especulação imobiliária para valorização de terras afastadas da malha urbana. Como pode ser observado no trabalho de Rocha (2018) e na pesquisa Crescimento Urbano – Habitacional desenvolvida na UESB.



Mapa 2- Vitória da Conquista – BA: Localização dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida faixa 1 Rocha, 2018.

Percebe-se no Mapa 2 a inserção dos empreendimentos do PMCMV faixa 1 nas áreas de expansão urbana. A partir desta inserção articulada pelas construtoras, se valorizaram espaços urbanos distantes do centro e sem infraestrutura pré-existente a implantação dos conjuntos habitacionais (faixa 1).

As áreas que se encontram entre o centro consolidado e as áreas onde se implantou os residenciais faixa 1 do programa tornaram-se local privilegiado e assim as construtoras lançam seus empreendimentos destinado as outras faixas de renda, para comercialização e financiamento privado. Nesse cenário, os residenciais do PMCMV faixa 1 assumem um padrão periférico não apenas pela ideia de localização, mas pelo conjunto de fatores que negam a uma determinada parcela da população o direito a outras áreas da cidade, mais valorizadas.

O Bairro São Pedro, logo após o anel rodoviário, a noroeste dos Campinhos já começa receber condomínios privados e a especulação imobiliária domina todas as terras restantes¹. Para o mercado é resultado do progresso e a marca do desenvolvimento

¹ No Mapa 2 é facilmente visualizada essa expansão especulativa do território.

Conquistense. Para sociólogos, Assistentes sociais, Arquitetos urbanistas, Geógrafos e demais pesquisadores é o agravamento da questão urbana.



Fotografia 1 – Campinhos: Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1
Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

A inserção dos residenciais do PMCMV nos Campinhos mudou radicalmente a dinâmica do território. Mas para além das transformações visíveis que já foram debatidas em diversos estudos da cidade de Vitória da Conquista, os Campinhos representa um território de crescentes vulnerabilidades sociais. O estudo revela que a estigmatização da pobreza está muito presente no território.

Na concepção da arquiteta urbanista Ermínia Maricato, a primeira situação de abrigo, conforto e inserção na cidade é a habitação. A marca MCMV representa para uma parte do território a única opção de moradia. Uma vez contemplados, os beneficiários se contentam por estarem abrigados em um imóvel em que paga uma parcela muito pequena, mesmo queixando-se dos diversos problemas que os rodeiam. Conseguir uma unidade habitacional neste contexto é uma oportunidade de sobrevivência. Muitas vezes de forma irregular.

Para a maioria o sonho da casa própria tornou-se pesadelo e um fardo grande demais para suportar. Para o território externo dos residenciais, o PMCMV trouxe pessoas “indesejadas”, aumentou a violência, desconstruiu a identidade do bairro e não melhorou a infraestrutura do mesmo, ao contrário, piorou, já que agora disputa os serviços públicos locais com estas pessoas.

Profissionais e estudiosos de diversas áreas têm sido testemunhas do agravamento da vulnerabilidade social nos territórios do PMCMV. A violação de direitos diversos, como não acesso aos serviços básicos de saúde, educação e transporte público, expulsão dos beneficiários dos imóveis por pessoas ligadas ao tráfico, ou abandono dos imóveis forçadas pelo medo, falta de acompanhamento e monitoramento por equipamentos de Assistência Social, além da falta de resposta da Caixa Econômica naquilo que diz respeito à atuação do ente financiador fazem parte do cotidiano da população contemplada.

As tipologias das unidades já foram em boa parte alteradas para atender as

necessidades pontuais dos moradores, mesmo sendo terminantemente proibida pelas equipes técnicas.



Fotografia 2- Campinhos: Mudança na tipologia das unidades habitacionais do PMCMV faixa 1

Fonte: Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

Os equipamentos de uso comunitários como quiosques, parquinhos e quadras foram destruídos, abandonados ou apropriados para uso individual.



Fotografia 3- Campinhos: Equipamentos públicos residenciais públicos MCMV

Fonte: Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

Outra situação que chama atenção é o início de uma ocupação irregular no terreno remanescente dos residenciais do PMCMV 1, Lagoa Azul. Já possuem três barracos de lona e restos de madeiras e reciclados. Uma das famílias que habita um dos barracos relatou que morava no residencial Lagoa Azul I em uma unidade alugada, como não teve condições financeiras para pagar o aluguel foi despejada. Então foram se abrigar nesse terreno.² A área que está sendo ocupada é imprópria para habitação por ser passiva de

² Entre 2009 a 2017 nunca se produziu tanta habitação nas cidades em tão pouco tempo. Contraditoriamente o aumento da produção da mercadoria habitação, elevou seu preço exponencialmente em relação aos custos de produção. Igualmente contraditório o déficit também aumentou com o aumento da oferta de habitações. Ver SILVA, Tânia Costa; VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. *Geopauta*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 142-157, dez. 2019. ISSN 2594-5033. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5649>>. Acesso em: 21 mar. 2020. doi: <https://doi.org/10.22481/rg.v3i2.5649>.

inundação, além da precariedade da unidade habitacional.



Fotografia 4 - Campinhos: Ocupação em área remanescente do Residencial Lagoa Azul

Fonte: Trabalho de campo realizado por Tânia Costa Silva em Março de 2020.

O Estado para dar resposta à questão da moradia lançou um pacote econômico que prometeu realizar o sonho da casa própria, mas não se preocupou com a estrutura social, o que contoufoia razão econômica.

Na concepção da socióloga Vera Telles, a pobreza é colocada, na sociedade brasileira, como algo naturalizado, que faz parte da paisagem urbana, pois, paradoxalmente, foi incorporada e aceita no cotidiano dos cidadãos brasileiros, que se acostumou com a mesma, em suas mais variadas expressões. Nesse sentido, Koka (2013) dialoga sobre a necessária desnaturalização de determinadas tipologias utilizadas como sinônimos caricaturais e homogeneizantes de grupos populacionais específicos, que tomam como referência preferencial linhas de corte de renda, aliadas a outras características de perfil demográfico. Ela aborda que:

Coloca-se em questão o risco de um reducionismo nessa tendência atual de estabelecimento de critérios, adotados por diferentes programas sociais brasileiros, calcados, exclusivamente, em características de pessoas e/ou famílias, desconsiderando a complexidade dos contextos em que estas vivem. (KOKA, p. 31, 2013).

Em relação ao PMVC, isso ficou evidente à medida que uma série de complexidades se desencadeou no convívio da população contemplada logo após sua instalação, tais como dificuldades de adaptação e convívio em um novo modelo de habitar, haja vista que não se levou em consideração a vivência dos sujeitos em outros espaços. É a mãe que não consegue permanecer, porque no local onde antes morava contava com a solidariedade dos familiares para cuidar dos filhos e se vendo distante não consegue se adaptar. São os diversos conflitos com vizinhos pelo espaço comum e até os individuais, considerando que o modelo “condomínial” imposto não se adequa a realidade das famílias. É violência generalizada e disputa de poder pelo tráfico que controla estes espaços devido a grande fragilidade e vulnerabilidade da população. A complexidade é tão grande que se constatou

que famílias rivais no tráfico foram parar no mesmo território ou até mesmo no mesmo residencial gerando mortes e desocupação de unidades.

Nos residenciais crianças e adolescentes são facilmente recrutadas pelo tráfico de drogas. Isso ocorre com muita frequência nos espaços periféricos onde habita população vulnerável. Aliás, o tráfico é muitas vezes a única alternativa de emprego e consequentemente de sobrevivência nesses espaços.

Em relação aos atos de violência a população majoritariamente revela não se sentirem seguras dentro de suas próprias casas e não se sentem protegidas pela polícia ou possuem uma visão negativa da ação policial. De acordo com os moradores, a polícia é repressiva e geralmente entra nos residenciais do Programa para matar.

Todos esses conflitos levam ao abandono, ou a comercialização dos imóveis do MCMV1 e gera ocupações irregulares. Com base nos dados coletados em campo, e na Diretoria de Habitação de Interesse Social mais de 60% dos imóveis estão ocupados de forma irregular³. Além disso, existem pessoas especulando estes imóveis e lucrando indevidamente com as unidades habitacionais construídas para atender o interesse social. O aluguel de uma unidade MCMV nos Campinhos custa em média duzentos e cinquenta reais. É o valor que muitas famílias conseguem pagar dada a grande especulação imobiliária na cidade que eleva o preço dos aluguéis.

A realidade da desigualdade social e urbana era prevista pelos especialistas em urbanização já no lançamento do programa MCMV, muito antes de inaugurar o primeiro residencial.

Rolnik e Nakano alertaram:

A mobilização de investimentos públicos na indústria da construção civil tem sido uma das soluções keynesianas para momentos de crise econômica. Porém, existem armadilhas perigosas se a solução encontrada for um pacote habitacional baseado somente na ampliação do acesso ao crédito para a compra de produtos imobiliários, associada à desoneração da indústria da construção, sem conexão com nenhuma estratégia de planejamento urbanístico, fundiário e institucional. É perigoso confundir política habitacional com política de geração de empregos as quais, embora tenham relações óbvias, não são sinônimos. Construir moradias é produzir cidades. O risco é transformarmos o sonho da casa própria em pesadelos de cidades apartadas e insustentáveis. (ROLNIK e NAKANO, 2009).

A previsão foi concretizada. Construíram-se cidades e o sonho da casa própria para muitos se tornou um pesadelo. Nesse contexto as prefeituras tem a missão de viabilizar os equipamentos necessários de dar conta da grande demanda que se levanta nos territórios.

As promessas do Plano de Trabalho Social (PTS) não foram concretizadas na maioria das cidades brasileiras. Em Vitória da Conquista o PTS não foi diferente, apenas cinco dos vinte e dois residenciais passou pela execução completa do PTS. Em nenhum

³ Resultado obtido por amostragem com base na análise dos atendimentos, visitas de ocorrências, e lista de irregularidades com base em denúncias registradas na ouvidoria CAIXA.

dos residenciais presentes nos Campinhos foi finalizado o PTS até o final desta pesquisa.

Evidentemente a atividade de Trabalho Social deveria ter ocorrido logo após a entrega, pois na sua forma conceitual o Trabalho Social é um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, integrando as dimensões: sociais, econômicas, produtiva, ambiental e político que envolve a população beneficiada com vistas à participação das famílias na articulação com as políticas públicas para a sustentabilidade dos bens, serviços e equipamentos implantados. Sua finalidade é Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

Levando em consideração o tempo de entrega dos residenciais, bem como a crise econômica e política instalada no país, a efetivação do trabalho social é mais que um desafio, é uma missão demasiadamente delicada e extremamente difícil. Mais ainda muito necessária. No mais o caos social fica lá nas periferias surgidas ou criadas, distante do acesso aos bens da cidade, mas perto o suficiente para que a força de trabalho seja explorada pela cidade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MCMV, se tratando de uma política pública planejada não deveria assumir padrões periféricos, todavia constatou-se a persistência de conflitos sociais e espaciais típicos das periferias que se intensificam e toma novas dimensões no MCMV e revela que na prática a execução do programa não levou em consideração o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nos territórios onde se instalaram os conjuntos habitacionais do programa, visto que não houve ampliação dos serviços públicos locais, também se constatou que não houve trabalho social no pós entrega do MCMV no território pesquisado. Desse, modo ficaram evidentes os fortes impactos sócio-espaciais, que se desdobram em novas questões sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas... Brasília, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Coleção Pensamento Crítico: v. 48).

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 9a reimpressão, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano**. São Paulo. Fupam, 2012. Disponível em <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_2012_produzirhab_cidades.pdf> Acesso em Março de 2020.

HAESBAERT, R. **Des-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 3 ed. Rio de Janeiro 2007. 396 p.

IBGE: Senso 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> acesso em 24 de mar.2019.

LEFÈVRE, Henri. **A produção do Espaço**.trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (original: La production de ' espace: 4ª ed. Paris. EdidtonsAhopos, 2000) Primeira versão 2006.

KOGA, D. **O território e suas múltiplas dimensões na política de Assistência Social**. Cadernos de estudos: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 2, p. 17-33, dez. 2005.

KOGA, D.**Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. Londrina PR. 2013.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras**.São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200000400004> acesso em 16 de novembro de 2019.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 121-192.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Ed. 34, 2008

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa Minha Vida: Trabalho Social**. Brasília: [s. n.], 2009.

Portaria 464. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Minha Casa Minha Vida: Trabalho Social**. Brasília: [s. n.], 25 de julho de 2018.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique** Brasil, ano 2, n. 20, março/2009.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz et. Al. **Minha Casa... E a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros. Observatório das Metrôpoles.Letra Capital. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____.**Espaço & método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).

_____. **A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia**. In: SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 114-118.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo, Nobel, 1990.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Assistente social 15, 16, 17, 23, 25, 26, 37, 38, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 65, 66, 67

C

Capitalismo 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 21, 38, 40, 51, 54, 55, 60, 61, 63, 68

Catadores de materiais recicláveis 27, 31, 32, 34, 36

Centro de referência de assistência social 22, 39

Classes dominantes 4, 5, 11

Comunidade 17, 18, 37, 60, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 82, 83, 87

Condições de trabalho 27, 28, 61, 62

Condições sócio-históricas 51

Constituição Federal de 1988 34, 52, 86

Cooperação entre os povos 82

Crise humanitária 86

D

Desigualdade social 28, 36, 46

Devir histórico 51

Direito de família 51, 52, 64

Direito Internacional 81, 82, 86, 88

Direitos humanos 21, 68, 82, 85, 86, 88

E

Ensino 15, 16, 17, 18, 24, 25, 35, 66, 78, 87

Espaço urbano 35, 41, 44

Estado burguês 1, 2, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 54

Estado capitalista 1

Estado neoliberal 29, 64

Extensão universitária 16, 17, 18, 26, 90

L

Liga das Nações 82, 83

M

Método dialético-marxiano 50

Mundo do trabalho 27, 29, 30, 33, 35, 36, 61, 63

P

Perícia social 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65

Pesquisa 1, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 25, 27, 29, 34, 35, 37, 38, 42, 47, 50, 52, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82

Pessoas refugiadas 82, 85, 87, 88

Pobreza 28, 35, 36, 37, 40, 43, 45, 49

Política de Assistência Social 26, 60, 69, 70, 73

Política de habitação 37, 38, 39

Princípio da não-devolução 81, 82

Processo revolucionário 2, 3, 7, 10, 13

Programa de habitação 41

Programa Minha Casa Minha Vida 37, 38, 40, 43, 48

Programa Nacional de Direitos Humanos 86

R

Realidade social 17, 25, 51, 55, 59, 64, 65, 70, 73, 74

Relato de experiência 15, 16

Revolução passiva 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

S

Saúde mental 15, 19, 21, 25, 26, 90

Secretaria de Ação Social 70, 72

Secretaria Municipal de Saúde 72

Segurança pública 19, 20, 40, 51, 52, 89

Serviço Social 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 35, 36, 41, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 77, 90

Sistema de Justiça 51, 52, 64, 68

T





Território 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 60, 69, 73, 74, 83

Trabalhadores 9, 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 54, 55, 60, 61, 63, 66



SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br